

Proposta para acelerar julgamento

LEONEL ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Na tentativa de sair da inércia e melhorar a imagem da Câmara, o presidente do Conselho de Ética da Casa, Ricardo Izar (PTB-SP), pretende modificar a resolução de funcionamento do colegiado para tornar mais rápido o julgamento e mais rigorosa a pena imposta aos deputados processados por quebra de decoro. Entre as modificações propostas, e que deverão ser debatidas ainda este mês no conselho, estão a redução dos prazos para os julgamentos e a transformação do atual convite às testemunhas

em convocação, com comparecimento obrigatório. Outra proposta é o fim das emendas de bancadas ao Orçamento.

Izar também quer limitar em dois anos a permanência dos colegas na Comissão de Orçamento, obrigando a um rodízio de todos os membros. "Há 20 anos fala-se em mudar a comissão de orçamento. Mas muito pouco foi feito até agora", criticou. O presidente do conselho considera a permanência de colegas por tempo indeterminado na comissão como um dos fatores de risco ao aparecimento de suspeitas sobre parlamentares.

"Nós passamos dois anos com o caso mensalão e os san-

guessugas para julgar e conhecemos o que deve ser alterado para agilizar os processos", argumentou Izar. Ele citou o julgamento do ex-deputado José Janene, que demorou quatro meses e terminou o inocentando, como um mau exemplo do funcionamento do conselho. Izar vai aproveitar as sugestões feitas no projeto de resolução apresentado pelo deputado Nelson Trad (PMDB-MS). Entre as sugestões está o funcionamento do conselho nos recessos. Izar tinha convocado para ontem os componentes do conselho, mas não houve quorum. Nova reunião foi marcada para o dia 20.